
DIMENSÕES E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS DA URBANIZAÇÃO EXPANSIVA NA AMÉRICA LATINA E BRASIL: PRÁTICAS SOCIAIS, POLÍTICA, USO E APROPRIAÇÃO DE ESPAÇOS EM PERSPECTIVA

DIMENSIONS AND SOCIOSPATIAL INEQUALITIES OF EXPANSIVE URBANIZATION IN LATIN AMERICA AND BRAZIL: SOCIAL PRACTICES, POLICY, USE AND APPROPRIATION OF SPACES IN PERSPECTIVE

Ulysses da Cunha Baggio¹

RESUMO: Considerando-se o desenvolvimento do capitalismo em sua fase atual, o artigo busca analisar aspectos da urbanização expansiva contemporânea, com a cidade e os ambientes urbanos bastante submetidos a compressões e disparidades socioespaciais. Nessa perspectiva, são destacados aspectos relativos a práticas sociais emergentes, à vida política e ao Estado, ao uso e a apropriação de espaços. A análise se orienta, sobretudo, ao contexto da periferia do capitalismo, particularmente o Brasil.

Palavras-chave: Urbanização expansiva. Desigualdades socioespaciais. Política. Estado. Uso e apropriação de espaço.

ABSTRACT: Considering the development of capitalism in its current phase, the article seeks to analyze aspects of contemporary expansive urbanization, with the city and the urban environments quite submitted to compressions and sociospatial disparities. In this perspective, are highlighted aspects relating to emerging social practices, to political life and State, the use and the space appropriation. The analysis is oriented mainly to the context of the periphery of capitalism, particularly Brazil.

Key words: Expansive urbanization. Sociospatial inequalities. Policy. State. Use and appropriation of space.

INTRODUÇÃO

Parece-nos fora de dúvida que as sociedades e seus respectivos espaços de vida e trabalho se encontram na contemporaneidade bastante submetidos aos influxos do mercado e do mundo da mercadoria, envolvendo uma avassaladora mercantilização da vida e das

¹ Professor Doutor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Viçosa. Doutor em Geografia Humana pelo Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. E-mail: ulybaggio@ufv.br.

Artigo recebido em abril de 2016 e aceito para publicação em agosto de 2016.

relações sociais, sobretudo com o intenso desenvolvimento da globalização (tornada de égide financeira) a partir dos anos 1970, associada ao avanço do neoliberalismo. Esse processo adquire maior contundência ao longo dos anos 1980 e 1990, com a adoção de políticas de liberalização, privatização, desregulamentação e desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, dando impulso a processos de “desconexão forçada”, que ocorre sob o sentido de “formas dramáticas de retrocesso econômico, político, social e humano” (CHESNAIS, 1996, p.18). Estas políticas, praticadas desde o início desse período, alcançaram maiores estímulos e projeções com os governos Thatcher e Reagan, desdobrando-se pela década de 1990, com flexibilizações no mercado financeiro, avanço das privatizações, abertura comercial e busca por níveis mais elevados de inserção nos mercados internacionais. Elas representaram, para a “esmagadora maioria dos países capitalistas”, uma forte retração de sua capacidade quanto à realização de projetos mais independentes de desenvolvimento, solapando “certa especificidade dos mercados nacionais” e levando “à destruição, para muitos Estados, da possibilidade de levar adiante políticas próprias”, aspectos que “não são”, no entanto, uma “*consequência mecânica* da globalização” (CHESNAIS, 1996, p.34). Quer isso dizer que:

“Sem a intervenção política ativa dos governos Thatcher e Reagan, e também do conjunto dos governos que aceitaram não resistir a eles, e sem a implementação de políticas de desregulamentação, de privatização e de liberalização do comércio, o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais não teriam podido destruir *tão depressa e tão rapidamente* os entraves e freios à liberdade deles de se expandirem à vontade e de explorarem os recursos econômicos, humanos e naturais, onde lhes for conveniente” (CHESNAIS, 1996, p.34 *grifos do autor*).

Isso não se deu, todavia, sem resistências e lutas sociais. Na América Latina eclodiram, por exemplo, movimentos de luta pela terra, por moradia, movimentos indígenas, de mulheres, entre outras forças de caráter insurrecional que protagonizaram embates em diversos quadrantes do subcontinente, tais como no México, Bolívia, Venezuela, Equador, Paraguai, Uruguai e Brasil. Na América do Sul (possivelmente o primeiro laboratório do mundo para as experiências neoliberais, em que desponta o caso do Chile, a partir de 1973, com Augusto Pinochet) e, mais especificamente, no Brasil, desenvolveram-se mobilizações sociais que potencializaram vetores conducentes a mudanças político-institucionais significativas, com a ascensão ao poder de Estado de governos progressistas, que influíram novas disposições na esfera social, política e econômica, conferindo maior valorização à inclusão social. Mas que, agora, nestes últimos tempos, dão mostras de terem chegado a um ponto de inflexão, com a reorganização de governos de traço conservador, num cenário marcado por grandes dificuldades, que evoluem sob o sentido de uma *crise*. Porém, é forçoso reconhecer que manifestações de uma crise mais profunda, desigualmente expressas, já vinham se dando tanto ao plano da economia mundial como no âmbito mais interno das economias nacionais, ainda que camufladas pela financeirização, turbinada por aportes bancários vultosos de capitais “podres” nos mercados, representando, assim, uma espécie de movimento espasmódico de (falso) crescimento e certa euforia dos mercados de capitais. Portanto, essa situação está submetida e responde a determinações e condicionantes de um ciclo mais longo de desaceleração econômica e desvalorização do capital, com a taxa média de lucro em sensível declínio ao longo desse período. Conquanto expressões de crise possam

vir acompanhadas/associadas a problemas e injunções políticas internas a cada país, potencializando-as, não se pode perder de vista que estamos, desde os anos 1970, sob os influxos de um ciclo mais longo de uma *crise* estrutural, que integra o desenvolvimento desigual e combinado da dinâmica histórica do capitalismo, que é marcada por períodos de expansão/crescimento e retração/crise. Mas, reitera-se, que o papel desempenhado pelas instituições dentro de cada território faz com que ela se metabolize e se expresse diferenciadamente em cada formação socioespacial. E, analisando dialeticamente o sentido das crises periódicas, pode-se compreender que elas operam dinamismos reativos nas sociedades, desencadeando transformações que repercutem no tempo e no espaço. Daí até o cuidado que devemos tomar quanto a entendimentos mais rígidos do social-espacial, sobretudo quando considerados em perspectivas temporais mais longas e abrangentes.

Acresce considerar, ainda, que a globalização atual, ao plano das estratégias empreendidas, principalmente, pelos atores hegemônicos da economia mundial, sob o amparo do Estado, tem dado impulso a processos de polarização socioespacial, tanto no âmbito interno de cada país, fazendo aumentar a distância entre os mais ricos e os mais pobres, quanto no plano externo e internacional, que, do mesmo modo, responde pelo aprofundamento das disparidades entre os países posicionados no topo da hierarquia oligopolista mundial e os países da periferia do sistema-mundo. Estes países, por sua vez, se tornam cada vez mais alvos de políticas e estratégias à sua maior inserção no mercado mundial das trocas desiguais, portanto inserindo-os desigualmente nas escalas da globalização concentracionista.

Nesse contexto, o trabalho e os trabalhadores tornam-se cada vez mais cativos à lógica “flexível” (em verdade pouco ou nada flexível) do novo padrão de acumulação, que emerge sob as contradições e o esgotamento do fordismo, lógica esta orientada por pressões ainda maiores ao ganho e ao lucro, tendo à frente os capitais financeiros, a despeito do que possa causar em termos de prejuízos conspícuos à integridade psicológica e física dos trabalhadores, como de resto às suas próprias condições de vida, conferindo-lhes, assim, maior vulnerabilidade, instabilidade e estresse. Esses aspectos compressivos marcam as transformações do mundo do trabalho na fase atual da globalização, com o trabalho passando a operar sob meta de resultados, submetido a contratos temporários, influenciando condições mais tensas e inseguras relacionadas à sua organização atual, mostrando-se, nesse sentido, como negatividade e mero instrumento de sobrevivência. Pode-se aduzir, então, que sob estas transformações recrudescem-se os estranhamentos entre os sujeitos trabalhadores e os produtos de seu trabalho, o que se aplica inteiramente à produção do espaço e do urbano, notadamente em grandes espaços urbanos, destacando-se os complexos urbano-metropolitanos, que se desenvolvem como cidades plurimunicipais de proporções regionais, nos quais esta dimensão relacional parece se mostrar mais incisiva.

Temos, portanto, que sob os vetores da reestruturação técnica e produtiva da acumulação atual (HARVEY, 1992; SOJA, 1993) avançam reestruturações socioespaciais que entabulam maiores complexidade e diversidade aos ambientes urbanos, tornando-os cada vez mais dispersos e fragmentados, multiplicando formas compartimentadas de se habitar a cidade, ao mesmo tempo em que as desigualdades tornam-se mais recrudescidas e aproximadas geograficamente, pondo lado a lado ambientes de privações e dissipações, marcando a espacialidade acirradamente contraditória e irrequieta da fase atual do capitalismo. Portanto, a lógica desse movimento contraditório é permanentemente corroborada por contundentes e contrastantes evidências empíricas na paisagem dos espaços urbanos, entremeando expressões da riqueza e da pobreza, tais como condomínios fechados e favelas, pondo o acento nas espacialidades urbanas de países periféricos de

capitalismo tardio (MANDEL, 1985), com maior projeção em países da América Latina, especialmente o Brasil, país cuja realidade urbana é bastante emblemática nesse sentido, desvelando uma rotunda ambigüidade/desigualdade socioespacial.

Em que pesem os influxos de um novo padrão de acumulação de feição espoliativa (HARVEY, 2004) que se põe em curso, correspondendo-lhe privações as mais diversas, consolida-se modalidades de exploração do trabalho e, nesse sentido, do espaço, que atualiza exponencialmente o sentido de exploração da economia capitalista atual, de égide financeira, que se impõe nos territórios e lugares sob a perspectiva de uma produção destrutiva, que subordina o valor de uso ao valor de troca, alçando o econômico, mais do que antes, a um papel de comando, notadamente quando se põe em consideração o poderio alcançado pelas empresas, ou ainda, pelas corporações e conglomerados econômicos, que tornam a atuação do Estado menos como uma força reguladora desse processo, e mais como uma espécie de ator coadjuvante do mesmo e sócio preferencial destes agentes econômicos, operando como o seu representante maior. Parece mesmo avançar uma condição de certa impotência e descontrole político nesse processo, subordinado a coisa pública aos interesses dos grandes negócios, relação pela qual o que é público passa a ser tratado, reiteradamente, como coisa privada.

Daí o desenvolvimento no mundo e no Brasil de uma forma de tratamento da cidade que se norteia por critérios explicitamente mercadológicos, com a anuência institucional do Estado. Esta relação profundamente contraditória entre Estado e capital, que é antiga, mas que hoje se redimensiona, tem respondido pela produção e reprodução do espaço em bases ampliadamente privadas, pondo em evidência o sentido e os fundamentos de uma espacialidade de caráter marcadamente corporativo, que realça as assimetrias entre os interesses prevaletentes do capital em detrimento das demandas da maioria da sociedade, o que impõe uma situação conflituosa entre eles, insuflando lutas e disputas no âmbito da produção do espaço e da reprodução social. A afirmação dessa condição espacial revela-nos, assim,

“[...] um conflito entre interesses organizados em torno do espaço social, enquanto local dos valores sociais de uso e do desdobramento de relações comunais no espaço, e interesses em torno do espaço abstrato, enquanto espaço de desenvolvimento imobiliário e administração governamental – a articulação combinada entre modo político e modo econômico de dominação” (GOTTDIENER, 1993, p.164-165).

Notadamente essa condição insufla precariedades e degradações socioterritoriais as mais diversas, com a produção do espaço tendo se convertido em um campo fértil de negócios de grande interesse à reprodução capitalista. Nesse contexto, há que se levar em devida consideração que esse processo implica na (re)produção de um novo urbano, no sentido de operar funções hegemônicas à dotação de condições à produção do valor e da renda, precipuamente num contexto em que a economia capitalista encontra-se submetida a uma avassaladora financeirização, quando o capital financeiro passa a ter enorme capilaridade no processo de reprodução do espaço e da cidade, realizando-se por ela, recobrando, para tanto, uma ampla articulação com outras frações do capital, tais como o fundiário, industrial e comercial, fundindo e metabolizando-se em cada uma delas. São operações que contam com a coordenação do Estado, podendo-se verificá-las, por exemplo, em operações de revitalização de áreas centrais, restauração de espaços industriais antigos, reformas portuárias etc. Através destas operações no espaço podemos compreender em que medida os negócios territoriais alimentam o circuito da financeirização, criando-se, desse modo, um círculo vicioso que consubstancia a cidade

e o urbano como base de geração de valor e acumulação em bases predominantemente privadas, potencializando, portanto, a condição do espaço como mercadoria, como objeto e condição de negócios. Acrescente-se que esses aspectos se afirmam justamente num ciclo depressivo da acumulação capitalista, com o capital premido por condições de desvalorização, demarcando uma condição que exponencializa a importância do espaço na sustentação ou mesmo na própria sobrevivência do capitalismo.

A assertiva de Soja (1993) quanto às ações do capital financeiro no espaço é lapidar nesse sentido, quando nos diz que:

“[...] o capital financeiro tornou-se ainda mais significativo na moldagem do espaço urbano, em conjunção não apenas com o capital industrial, mas também, cada vez mais, com outro agente de regulação e de reestruturação espacial, o Estado. Essa coalizão entre o capital e Estado funcionou (e funciona) eficazmente, replanejando a cidade como uma máquina de consumo, transformando o luxo em necessidades, à medida que a suburbanização maciça ampliou os mercados de bens de consumo duráveis. O crescimento dessa ‘fronteira de grama’ das casas suburbanas também intensificou a segregação residencial, a fragmentação social e a segmentação ocupacional da classe trabalhadora” (SOJA, 1993, p.126).

Esta condição se põe, então, em conflito com as dimensões sociais da produção do espaço, uma vez que ela deve recobrir também a criação de condições à vida e, portanto, à reprodução social. Aqui o papel do Estado assume importância fundamental na administração dos interesses, demandas e conflitos, encontrando-se ele numa espécie de encruzilhada, ora inclinando-se ao atendimento das demandas do capital e do mercado, ora em relativo acolhimento de solicitações sociais, que não raro se dão sob pressões coletivas.

Posto que estas estratégias de valorização do capital recubram lugares e mesmo bairros inteiros da cidade, seus impactos na vida da cidade não são nada desprezíveis, o que envolve, entre outros aspectos, ao desenvolvimento de concepções distorcidas da própria cidade, como ao recrudescimento de modalidades de inserção precária no urbano, em que pese o fato de que tais operações não raro venham acompanhadas de processos de expropriação de populações pobres, contribuindo, assim, ao aprofundamento de desigualdades e segregações.

Temos que esta condição socioespacial, turbinada pelos negócios, represente a ampliação da alienação socioespacial, ampliando estranhamentos entre os sujeitos que trabalham e os produtos de seu trabalho, o que se aplica inteiramente à produção do espaço-mercadoria, massacrando, assim, referências identitárias das pessoas para com os lugares, rebaixando ou mesmo neutralizando relações de pertencimento, aumentando-se, enfim, o alheamento dos espíritos em relação à cidade, conduzindo os sujeitos sociais a perderem, de certo modo, o domínio sobre o que é verdadeiro na sociedade. Isso se coloca, no entanto, para além do plano mental e ideológico, objetivando-se na própria realidade social, logo espacial.

A CIDADE E O URBANO SOB OS INFLUXOS DA MOTORIZAÇÃO AUTOMOBILÍSTICA

Nessa perspectiva, mobilizamos outro aspecto na abordagem da urbanização contemporânea, que reputamos de grande relevância socioespacial, que é o problema representado pelo automóvel e seu uso generalizado em nossa sociedade. Sabidamente

ele engendra e potencializa efeitos indesejados diversos na vida pública e também na própria vida privada e, por extensão, no uso e na apropriação social de espaços na cidade, comprometendo a própria eficiência de seu funcionamento. Não é nosso propósito, no entanto, esgotar o assunto nos limites desse trabalho, mas apenas pontuar certos traços e implicações que, pela nossa compreensão, integram pela base a problemática urbana nos dias de hoje, importando à cidade e ao urbano.

Temos, então, que a generalização da motorização automobilística em nossa sociedade tem desencadeado impactos profundos na dimensão social e morfológica da cidade, impondo restrições e constrangimentos à esfera da vida pública e da relacionalidade social, conduzido, a passos rápidos, à transmutação da rua, que de morada do coletivo se transmuta cada vez mais em via de fluxos e de passagem, perdendo, praticamente, a sua condição histórica de promoção do encontro e da sociabilidade, aspectos tão importantes à vida urbana.

Nesse sentido, as vias de circulação urbana tornam-se amplamente submetidas ao automóvel, estabelecendo, ao lado de outras variáveis, certa tendência mortificante na cidade, que pressiona progressivamente espaços abertos de uso público e coletivo, como praças, calçadas e a própria rua, afetando, assim, a própria civilidade urbana, não raro constrangida por comportamentos agressivos, intimidatórios e espetacularizados, sob o sentido de certa prepotência motorizada.

No Brasil, em específico, essa tendência vem se afirmando, sobretudo, ao longo das duas últimas décadas, com um grande crescimento da produção e do consumo de veículos, tornando-se flagrante o domínio crescente de automóveis na circulação da cidade. Desse modo, a busca pelo automóvel parece dar sinais de ter-se tornado até maior do que a por moradia, sinalizando para a formação ascensional de um colapso de trânsito/locomção. Isso remete a uma condição de certa mortificação da cidade, que guarda, pela nossa compreensão, estreita relação com a ideia de uma anticidade, que assim se conforma às demandas do automóvel e dos interesses econômicos que ele representa. É sob essa condição que a extensão proeminente da potência da máquina se põe em contradição com a dimensão mais humana da cidade, ou talvez com o que restou dela.

Essa condição mortificante se irradia de forma perturbadora pelos espaços urbanos, vinculando-se às políticas de desenvolvimento econômico-industrial que vem sendo conduzidas pelo Estado, ainda que com retrações no momento atual em função da crise político-econômica. Operando reiteradamente sob a lógica estreita do crescimento econômico, essa orientação praticamente passa ao largo de implicações urbanísticas e socioambientais, pressionando a cidade e a vida urbana em diversos aspectos. Hoje, ao plano das mediações estabelecidas entre as pessoas e o espaço urbano, o automóvel parece mesmo ter se tornado uma das mais importantes, convertendo-se numa espécie de extensão do próprio corpo em sua interface fugaz e fluida com a cidade, ou ainda, entediante e depressiva sob a morosidade de congestionamentos constantes. Uma relação, portanto, que poderíamos imputar um sentido essencialmente capitalista, pois mediada por uma *coisa*, não sendo ela, ademais, qualquer coisa, mas aquela que figura no topo da hierarquia das mercadorias capitalistas, tornada um dos maiores símbolos da modernidade, igualmente capitalista: o automóvel, que parece mesmo incorporar as significações essenciais do capitalismo e da sociedade que ele produz.

O próprio declínio do caminhar e da fruição paisagística, ante uma cidade concebida e construída pelo e para o automóvel, sugere-nos certa ampliação da alienação socioespacial, potencializando estranhamentos e tencionando a vida cotidiana. E, de modo não menos importante, seu uso generalizado e as compressões que produz na vida urbana faz com que

esse problema se apresente também como um problema de saúde pública, que vem adquirindo contornos cada vez mais preocupantes, matando a cifras de guerra, perturbando e deteriorando relações socioespaciais, agindo, inclusive, sobre a dinâmica dos sentimentos e emoções.

Pelo incremento do transporte individual e familiar, a motorização automobilística em curso revela, ademais, contornos de pleno descontrole, inscrevendo-se no fulcro de uma urbanização compressiva, que seguramente impõe grandes dificuldades e desafios às políticas urbanas, uma vez que o automóvel, de uma forma ou de outra, repercute e condiciona a produção e a organização da cidade, interferindo na vida de todos. Seu uso exponencial e ampliado representa, pois, um dos maiores desafios ao urbanismo contemporâneo, que vem suscitando reações e questionamentos os mais diversos na sociedade.

A restituição ou incremento do uso de espaços, com possibilidades mais factíveis à apropriação social de lugares na cidade implica, necessariamente, uma reorientação/redução do uso do automóvel, atenuando-se o conflito entre um uso público do espaço (mais inscrito na lógica do pedestre) e um uso privado.

Todavia, não se pode perder de vista que medidas à retração do uso do automóvel, além de enfrentar grandes resistências, não bastariam por si só para resolver situações de flagrante degenerescência de espaços na cidade e de melhorias substanciais na qualidade de vida, posto não serem suficientes para o equacionamento de problemas de fundo da sociedade, como os representados, por exemplo, pela pobreza e as desigualdades socioespaciais. Isso demandaria, certamente, um conjunto de outras ações ao plano do desenvolvimento social e da economia urbana. E ainda que estas fossem bem-sucedidas, não debelariam por completo esses problemas. Na melhor das hipóteses eles seriam reduzidos em suas manifestações, mas não efetivamente resolvidos, sendo a pobreza e a desigualdade, sobretudo na periferia, componentes intrínsecos do desenvolvimento capitalista, o que não significa, bem entendido, que não devam ser sistemática e continuamente trabalhados.

Portanto, a avassaladora motorização automobilística da sociedade, especialmente no Brasil, representa, inequivocamente, um componente que em muito pressiona as condições de vida na cidade, ao mesmo tempo em que alimenta dinâmicas de valorização econômica do espaço, operando como um importante fator de indução à expansão do tecido urbano, incorporando-se às suas próprias contradições.

PRÁTICAS SOCIAIS EMERGENTES, O ESTADO E A POLÍTICA EM PERSPECTIVA

As dinâmicas de valorização e apropriação do espaço pelo capital representam, nesse sentido, certa imposição do econômico e, mais especificamente, do valor de troca no espaço sob os vetores de uma urbanização expansiva, que não se dá, todavia, sem resistências ou reações, uma vez que produzem privações e carências sociais as mais diversas, ampliando os níveis de mal estar e estresse na cidade, sobretudo em grandes conglomerados metropolitanos. Trata-se de mega-espaços urbanos que se desenvolvem predominantemente sob os condicionantes de uma robusta terceirização da economia, sobretudo do setor de serviços, podendo-se destacar, como já observado, o segmento representado pelo capital financeiro, mas também, acrescente-se, sob o incremento do uso do automóvel e dos condicionantes que ele cria ao espraiamento e a certa segmentação do tecido urbano, conquanto esta reflita, sobretudo, a divisão social e territorial do trabalho.

A imposição dessa condição incita virtualidades e forças na sociedade que provêm de âmbitos urbanos os mais diversos, sobretudo nas periferias das grandes cidades, sugerindo-nos certos contrapontos e descontinuidades a esse movimento coercitivo do

valor de troca, que define uma relação de poder. A dimensão conflituosa que então se estabelece no urbano traduz-se como uma oposição antitética entre valor de troca e valor de uso, que reverbera no uso social do espaço, que se projeta na cidade por práticas politicamente organizadas de movimentos sociais e outras formas de mobilização, que, assim, evidenciam os motivos dessas lutas, em ambientes marcados por carências não resolvidas e desigualdades não raro recrudescidas. Pode-se atribuir-lhes certa politização de dimensões importantes da vida pública e cotidiana da cidade, pondo-se em causa demandas restringidas e/ou reprimidas, muitas vezes negadas pelo Estado. Essas práticas têm forjado novos significados e expressões aos lugares, conferindo-lhes, assim, novos matizes societários e uma nova dimensão político-cultural.

Dotadas de expressiva versatilidade e diversidade, estas práticas sociais emergentes se inscrevem, em larga medida, na esfera do uso de espaços, sinalizando as possíveis (re) apropriações (BAGGIO, 2014). Pode-se dizer que, no conjunto, elas delineiam reações a lógicas hegemônicas de produção e organização da cidade, bastante submetida, como já visto, aos poderosos interesses corporativos. Embora não se possa ainda atribuir-lhes uma ampla e mais sólida articulação, não se pode, entretanto, desconsiderar que em parte expressiva, ao menos, existam níveis maiores de sinergia entre elas, tais como nos movimentos de luta pela moradia, que tem conseguido avanços importantes, acumulando experiências que favorecem um maior protagonismo no seu desenvolvimento, suscitando políticas urbanas e habitacionais de caráter mais progressista e democrático, como se observa, por exemplo, no Rio de Janeiro, com o Programa Favela Bairro, entre outros, cuja realização recobre também preocupações quanto à integração dos espaços-alvo ao resto da cidade. Todavia, a característica que por enquanto ainda predomina nos projetos de moradia popular é o fato de que são concebidos de “cima para baixo”, estabelecendo desconexões em termos de demanda com os próprios interessados (os “de baixo”). Daí a relevância representada por práticas e programas dotados de caráter autogestionário, no qual a autogestão se processa de forma interdependente, não se descartando aqui parecerias com o Estado, até ao contrário, o que caracterizaria, mais propriamente, práticas cogestionárias. Existem no país experiências auspiciosas nesse sentido e que, pela nossa percepção, deverão se desenvolver, até pela falência dos paradigmas prevaletentes, em diversos aspectos, já bastante debatidos e conhecidos, sendo um deles o problema da geração de renda e do acesso a terra urbanizada, problemas que, em larga medida, dependem de políticas públicas social e espacialmente mais responsáveis e ativas, e que nunca apresentarão resultados eficazes e satisfatórios à revelia de um efetivo envolvimento/participação dos próprios interessados.

Ademais, observa-se certa tendência a que estas práticas socioespaciais ampliem suas interações, para o que muito contribuem os aparatos comunicacionais modernos, sendo a internet, as redes sociais e os meios audiovisuais alternativos (como, por exemplo, rádios comunitárias) componentes fundamentais nesse processo, como bem se pode verificar, por exemplo, em movimentos de bairro na defesa e resguardo de patrimônio arquitetônico, urbanístico e cultural; situação também observável em movimentos artísticos e culturais que emergem nas periferias de grandes centros urbanos, tal como o *hip hop* e os *rappers* etc. E no que concerne, sobretudo, aos espaços metropolitanos, que pela sua própria complexidade inviabiliza praticamente a fixação espacial de sua identidade, aumenta justamente a importância dos fluxos comunicativos em torno de demandas e questões de interesse social, que operam, de modo geral, de forma descentralizada, sendo bastante mutantes em suas expressões. Temos que tais fluxos confirmam novos aspectos e sentidos político-relacionais aos ambientes metropolitanos, contribuindo para imprimir-lhes um panorama um tanto que fragmentário e recalcitrante em sua dimensão pública,

daí, talvez, a multiplicidade de performances político-situacionais verificada.

Além dos casos mencionados, podemos acrescentar práticas de usos coletivos de lugares na cidade por “tribos urbanas”, que a olhos vistos se multiplicam pelas cidades brasileiras. Chamamos a atenção, ainda, para os movimentos coletivos em torno da mobilidade urbana, como, por exemplo, os cicloativistas, que propugnam a difusão pela cidade de um uso mais saudável e democraticamente compartilhado de espaços, indagando, ademais, as rígidas demarcações do espaço social, suscitando reavaliações quanto ao significado da cidade e suas formas de organização e vida cotidiana.

Portanto, há evidências na vida cotidiana que sinalizam a uma postura social mais consciente e irrequieta, que envolvem o sentido de uma cidadania ativa, que grafam nos lugares e interstícios da cidade diferenças e caracteres indissociavelmente vinculados à promoção desigual e descontínua da vida, sugerindo deslocamentos para além de um “mundo” de privações e reduções.

Não se pode perder de vista que em face das condições atuais de amplificação da lógica do mercado e de generalização do mundo da mercadoria, sob os vetores de uma urbanização expansiva, ganha impulso um efetivo descontrole da questão social, que expõe um rompimento do contrato social pelos grupos dominantes. Decorre, pois, que os processos sociais e seus arranjos relacionais tendem a se tornar mais rápidos do que as ações de governo, condição pela qual se abrem possibilidades a forças e expressões sociais emergentes, influenciando modalidades político-organizacionais mais autonomistas, que não necessariamente negam o Estado.

Nesse sentido, a racionalidade do Estado e de sua enorme interferência na reprodução das relações sociais não elimina, necessariamente, a possibilidade de outros percursos e arranjos, que podem mesmo ampliar formas de empoderamento político-espacial e, nesse sentido, criar ou fortalecer condições pelas quais os próprios interessados possam influir de forma mais efetiva em elaborações e decisões que mais diretamente afetam as suas vidas. Assim, a racionalidade estatal, em grande sintonia com os preceitos do mercado, não é maior do que as essenciais e indissolúveis necessidades humanas, aqui incluídas as necessidades radicais, que são imprescindíveis à vida e à reprodução social.

Transformações de fundo da cidade, no sentido de torná-la um ambiente socioespacial mais democrático e saudável, portanto sob as interferências dos interesses e necessidades da maioria, se apresentam como uma longa e difícil construção, que, para além de demandar o trabalho coletivo e participativo, solicita modificações nas próprias subjetividades. Ademais, maiores transformações sociais implicarão em transformações no próprio espaço. Ou seja, nenhum programa social consistente logrará êxito à revelia de transformações no próprio espaço, na própria cidade, o que pressupõe o direito e a liberdade de se poder determinar a(s) forma(s) do nosso espaço de vida e trabalho e os modos quanto à sua organização. Tal perspectiva pressupõe, assim, o exercício da responsabilidade ao que é comum a todos.

Não se tratando de uma orientação que negligencia ou descarta poderes instituídos e legitimados, o que só faria ampliar a predominância dos interesses e da lógica do mercado, tal perspectiva solicita, assim, um efetivo aprendizado quanto ao funcionamento do próprio Estado e da democracia representativo-participativa. No momento atual do Brasil (que adota o regime presidencialista), temos evidências contundentes quanto a essa necessidade. Vemos, por exemplo, que muitos, equivocadamente, atribuem poderes de governabilidade do país quase que tão somente ao chefe do Executivo, desconsiderando-se, assim, o fato fundamental de que as condições de governabilidade são dadas pelo Congresso, que é o crivo decisório de medidas e políticas do governo à esfera federal.

Podem-se creditar a isso grandes restrições em termos de formação educacional e política da nossa sociedade e, de modo relacionado, heranças do traço autoritário e centralizador que marca a construção do Estado no Brasil, que repercute, aliás, até os dias de hoje, havendo uma assimetria entre o maior desenvolvimento do Poder Executivo em relação ao da democracia, que ainda tem muito a avançar. E esse é um processo que, em realidade, é demorado, e não apenas aqui, não se podendo esperar que o concerto democrático se realize e funcione à mesma velocidade das novas tecnologias, assincronia que, sobretudo ao plano da percepção do senso comum, causa muito incômodo e inquietação.

Mas esse reconhecimento em nada se confunde com posturas de passividade diante dos problemas da democracia representativa. Ou seja, sob um regime democrático, embora prenhe de dificuldades como o nosso, o Congresso é quem de fato governa. Entretanto, a crise política que se abate no país tem como centro nevrálgico o próprio Congresso Nacional, marcado por grande fragmentação partidária e fisiologismo político, o que o torna institucionalmente fraco, permitindo, por exemplo, extrapolações de poderes ao Judiciário. Um Congresso que, pelas suas enormes fragilidades, acaba por deixar no limbo as grandes questões nacionais, esquivando-se de suas responsabilidades na construção e no acompanhamento de políticas públicas de interesse nacional, função fundamental ao controle e à melhor condução da administração pública.

Com efeito, o Congresso atual expõe uma forma de governabilidade sob grande interferência de forças conservadoras, o que impõe grandes restrições a mudanças de maior envergadura, revelando, entre outros aspectos, o grande aparelhamento a que está submetido o Estado, mostrando-se incapaz de acolher os anseios e demandas populares. Isso impõe grandes dificuldades para se levar a cabo uma ampla e consistente reforma política, que seja capaz de se colocar em devida conformidade com o aprofundamento da democracia e o fortalecimento dos partidos políticos; partidos, aliás, que se mostram bastante oligarquizados, que perdem representatividade em relação às suas bases, além, acrescente-se, da necessidade de redução da sua quantidade (absurda!), sendo este mais um componente a entrar o desenvolvimento da democracia no país. Daí a importância quanto a uma escolha mais cuidadosa e criteriosa dos parlamentares, em todos os níveis de governo.

Indubitavelmente, essas deficiências e distorções do regime político infundem grandes dificuldades ao combate e ao controle das desigualdades no país, talvez o principal problema ao desenvolvimento da democracia no Brasil, representando, se não o maior, um dos principais desafios às políticas públicas. Daí apresentar-se como uma necessidade premente a amplificação da própria política e da democracia, no sentido do desenvolvimento e aperfeiçoamento de uma democracia participativa mais atuante e criativa, que estimule, no universo de uma sociedade civil marcadamente pluralista, o fortalecimento do poder de intervenção do povo em questões de seu interesse e que afetam mais diretamente as suas vidas. A melhor construção possível dessa condição implicaria tanto em formas associativas entre Estado e sociedade civil, sob uma perspectiva de fortalecimento de instrumentos institucionais de cogestão, tais como Orçamento Participativo e Conselhos Gestores de Políticas Públicas, como também a mobilização de outras forças, para além da órbita do Estado e do estadocentrismo, que podem contribuir à melhoria das condições de vida, propondo projetos alternativos diante do que está estabelecido e se questiona. Isso não implica necessariamente em descarte ou desconsideração para com os partidos, conquanto procurem, de modo geral, certa independência em relação a eles; e, muito menos que forças que atuem paralela e complementarmente ao Estado tenham que negá-lo em suas práticas ou, no outro extremo, se deixarem cooptar por ele, retirando-lhes, assim, a autonomia. O que vale dizer que essas forças mais horizontais e múltiplas que vêm se desenvolvendo no

país não operam sob o *controle* do Estado, como ocorria em outros tempos da vida política brasileira, como bem o demonstram situações à época de governos populistas, podendo ocorrer tanto aproximações e articulações, como distanciamentos. Confrontos, dissensos e associações cooperativas são componentes fundamentais ao desenvolvimento da democracia e da governança, sendo que estas serão revigoradas principalmente por mobilização e pressão social, adrede a melhorias nas políticas macroeconômicas, de modo a que se tornem efetivamente capazes de atender as demandas da maioria da sociedade, que não são poucas. Isso pressupõe, além de melhorias qualitativas na própria administração pública, a criação de um ambiente de debates abertos orientados à elaboração de alternativas de desenvolvimento (social e territorialmente inclusivos e ambientalmente responsáveis), que não devem vir, no entanto, desacompanhadas de outras preocupações, tal qual a criação de pactos contra os interesses rentistas, que, em muito, condicionam a política, envenenando-a, ao mesmo tempo em que contribuem, por meio de operações estritamente especulativas, a uma retração substancial dos investimentos produtivos nos territórios, portanto não gerando riqueza nem valor, pois só o trabalho é capaz de produzi-los. O combate ao desemprego e, com efeito, à pobreza e às desigualdades socioespaciais implicam na necessidade desse pacto, que se apresenta como um dos pressupostos à alavancagem de políticas sociais mais inclusivas, aspecto central ao combate da própria desigualdade.

Com efeito, adotar posições que revoguem teórica e politicamente o Estado dessa perspectiva, desqualificando-o, sobretudo num país tão desigual como o Brasil, não nos parece um caminho político e socialmente responsável, revelando-se, a bem da verdade, como um grande equívoco, o que representaria uma substancial redução do horizonte de possibilidades ao tratamento de diversos problemas socioespaciais que assolam o país, sobretudo no que afeta a demandas importantes de populações mais empobrecidas, fortalecendo-se, assim, ainda mais a mercantilização da sociedade.

Como vimos, o poder público vem se abrindo, desde a nova ordem jurídico-constitucional de 1988, a uma maior participação social, possibilitando meios institucionais a alguma regulação ou controle social. A abertura a uma maior e mais efetiva participação social reflete uma demanda real da sociedade, que dá assim mostras de desenvolvimento. Mobiliza-se aqui o papel fundamental desempenhado pela qualidade da demanda social, o que depende, em larga medida, da capacidade de mobilização política da sociedade. Se, de um lado, há evidências de que certas situações pioram na cidade, por outro, há sinais e avanços auspiciosos, não se chegando ainda a uma condição na qual as pessoas tenham se convencido de que o capital e o mercado, dominado pelos interesses privados e corporativos, impõem dificuldades substanciais à democracia, sobretudo em países marcados por grandes disparidades, como é o caso do Brasil. Mas, à medida que os constrangimentos à vida urbana se intensificam, com o capital proporcionado mais descontentamentos, infelicidade e estresse, maiores se tornam as motivações e os ímpetos a insurgências sociais. Elas seriam capazes de até mesmo fazer parar, num dado momento, o funcionamento da cidade, o que seguramente acarretaria em grandes prejuízos ao capital, daí podendo-se vislumbrar melhor o que a política seria capaz de realizar, numa situação-limite em relação à qual não se poderia mais suportar. E quanto maiores forem as adversidades vividas pela sociedade, maior a probabilidade de que mobilizações dessa ordem possam acontecer.

A retração do poder público na vida social e a insuficiente participação da sociedade na vida política só faz prevalecer os interesses do setor privado e do capital financeiro, à revelia de pactos com a sociedade, subvertendo direitos sociais e humanos, dando azo a expropriações de populações empobrecidas etc., fazendo uma espécie de letra morta de leis e normatizações urbanísticas. Com efeito, práticas de topocídio tenderiam a aumentar,

valendo lembrar que elas não se limitam tão somente a remodelações materiais da morfologia espacial, mas envolvem também rupturas em relações sociais, impondo, nesse sentido, condições degenerativas à qualidade de vida dos atingidos. Temos que essas intervenções espaciais de caráter mortificante estejam na base na formação da anticidade, com o urbano subtraído por coerções do econômico (do valor de troca). Ao plano da cidade, entendemos que operações urbanas e projetos de revitalização têm operado, de modo geral, como vetores robustos a essa condição socioterritorial, o que, por outro lado, incita, sob o sentido de uma dialética entre o social e o espacial, insurgências, resistências e emergências político-espaciais, não raro encetando práticas de caráter propositivo e experimental à produção de territórios mais consoantes aos desejos e necessidades dos envolvidos.

Diante desse cenário, as possibilidades da política tornam-se um desafio ainda maior, representando, todavia, o meio mais eficaz a impor certos limites aos problemas socioespaciais, forjando outras perspectivas. Nem sempre, e nem a todo tempo, determinados interesses se mantêm inalteráveis no tempo e no espaço, como, por exemplo, situações representadas pelo capital imobiliário, que contam com o amparo e a coordenação do Estado. Assim, Planos Diretores e Leis de Zoneamentos conduzidos pelo próprio Estado, podem, desde que formulados com efetiva participação e acompanhamento social, impor limites nada desprezíveis a determinadas ações que o capital busca, com frequência, realizar na cidade, tais como verticalização em espaços residenciais mais tradicionais, entre outras. Muito embora se saiba da força e do poder que possuem os grandes agentes econômicos que atuam na produção do espaço urbano, os quais, por mecanismos de pressão e outras formas podem levar até mesmo à subversão de orientações mais sensatas quanto à organização e ao desenvolvimento da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Posto que o espaço, ontologicamente, encerre a multiplicidade e se apresente como um produto de relações sociais, implicando, assim, em produção de práticas materiais, por meio das quais as relações se realizam, o espaço se objetiva, então, como uma totalidade relacional que se mostra em constante movimento, sob o sentido um sentido dialético, posto que as interações entre o social e o espacial são inter-reativas. Nesse sentido, o espaço não poderia ser compreendido como uma estrutura rígida e “fechada”, ainda que sob a interferência constante das dinâmicas do capital e de relações de poder robustas, que criam, de fato, condições de dominação e controle, que não são, entretanto, absolutas ou incontornáveis.

A história nos revela que grandes estruturas de poder puderam ser vencidas e transformadas. Lembremos que a todo poder correspondem contrapoderes, levando a que as forças em disputa sejam contrabalançadas pelas circunstâncias, o que não autorizaria perspectivas que, de certo modo, eternizam situações e condições, tanto ao plano do tempo como do espaço. Nessa perspectiva, o espaço - produto, condição e reflexo da história -, envolve, de modo inerente, ações e resultados imprevistos, com “elementos potenciais de acaso” (MASSEY, 2008, p.144), de modo a revelar-se como algo sempre inconcluso, em permanente produção. O que não significa, entretanto, tomar o espaço como algo que, em seus fundamentos, possa mudar e, sobretudo, se transformar continuamente, ao sabor dos fluxos que constantemente o perpassam, neutralizando, assim, seus componentes de estabilização/duração, tais como as estruturas espaciais do capitalismo e do Estado (submetido, aliás, à sua lógica). Nem tudo que muda necessariamente também se transforma e certos limites e restrições mais incisivos a transformações socioespaciais mais de fundo existem, de fato, o que não significa que sejam intransponíveis. Admitir, portanto, que se

ponha em curso certa tendência a uma maior fixidez ou rigidez das estruturas espaciais do capitalismo implicaria, pela nossa compreensão, numa espécie de “fim” da história do espaço, como se lhe restasse apenas o capital e suas correlatas estruturas de poder como condição, meio e fim. Talvez não por acaso vicejem distopias em torno do assunto.

Temos que esta condição de certa rigidez pró-capital seja real, porém relativa, em que pese o papel que as próprias potencialidades técnicas e científicas produzidas sob o capitalismo podem desempenhar, redimensionando, assim, as forças e possibilidades da sociedade e, nesse sentido, da própria política.

Não se pretende, com isso, sugerir “modelos” de vida pretensamente “superiores” e, muito menos, “perfeitos”, se não formas possíveis e mais desejáveis de associação humana, o que implica na produção de novas espacialidades, dotadas de ambiências politicamente mais estimulantes e influenciadoras.

Sob essa perspectiva, podemos então dizer que não há pensamento que não persiga uma utopia, uma utopia que, no entanto, se apóia em evidências e manifestações do presente, projetando-se no horizonte como uma orientação factível, possível, longe, portanto, de uma idealização quimérica ou fantasiosa em relação ao que pode ser feito. Tal orientação se põe em estreita consonância com modalidades experimentais socialmente mais desejáveis de uso e apropriação do espaço, espaço aqui entendido no sentido de usos do tempo. Ela sinaliza, ademais, à construção cotidiana de uma perspectiva mais autonomista e liberatória à vida social e às formas de relacionalidade, indagando certas premissas em relação à vida e ao espaço no/pelo qual ela se realiza ou pode se desenvolver.

Os ventos tanto abatem como entusiasмам nesses tempos irrequietos de crise que se abatem na América Latina e, especialmente, no Brasil, que atravessa uma crise potencializada conspicuamente por problemas políticos internos, que impõe desafios e demandas incisivas à política e à sociedade, que, pelo nosso entendimento, envolve aspectos de certa reinvenção e reformulação em face das circunstâncias e situações constituídas, sob o sentido de uma condição crítica, mobilizando forças que não prescindem de perspectivas até mesmo visionárias à inventividade de novas formas de associação humana e de arranjos espaciais que lhes sejam mais compatíveis. Na errância de trajetórias e experiências vividas, permanece o inquietante desafio de se reaprender a viver, solicitando, a todo o momento, esforços teóricos e práticos quanto a mudanças/transições político-qualitativas nas próprias formas de se estar no mundo.

REFERÊNCIAS

- BAGGIO, U. da C. A metrópole sob a perspectiva da alienação e da apropriação de espaços: incursões pelo Centro Antigo de São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia**. USP, v. 28, p.157-179, 2014.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. 335p.
- GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993. 310p.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992. 349p.
- _____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004. 208p.
- MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 417p.
- MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312p.
- SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 324p.